

**HABEAS CORPUS Nº 502.592 - SC (2019/0096046-3)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ALEXSANDRO TEIXEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Alexsandro Teixeira**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que denegou a ordem no *Habeas Corpus* n. 4003758-12.2019.8.24.0000 (fl. 107):

*HABEAS CORPUS* – TENTATIVA DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO (CP, ART. 157, § 2º, INCISO II E § 2º-A, INCISO I C/C ART. 14, INCISO II) – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA INDEFERIDO NA ORIGEM – EXISTÊNCIA DO CRIME E PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA – NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (CPP, ART. 312) – *PERICULUM LIBERTATIS* EVIDENCIADO – AÇÃO QUE SE DERA MEDIANTE O USO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES CONTRA VÍTIMA IDOSA – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP – BONS PREDICADOS – FATORES QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR – INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – HIPÓTESE RESSALVADA PELO PRÓPRIO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (CF, ART. 5º, LXI) – CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE – ORDEM DENEGADA.

Inicialmente registra a impetrante que o decreto que determinou a prisão preventiva do paciente foi genérico, baseado unicamente na gravidade abstrata do crime, o que foi corroborado pelo Tribunal de origem (fls. 6/9).

Registra que o paciente é primário e não possui nenhum antecedente criminal, além do que *não há nenhum dado concreto que indique que o paciente represente um risco à ordem pública* (fl. 13).

Liminarmente requer o reconhecimento da ilegalidade do acórdão prolatado

pelo Tribunal de origem, determinando-se a imediata liberdade do paciente, até o julgamento definitivo do *writ* (fl. 15).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

Nesse exame preliminar, percebe-se que está a prisão cautelar baseada na necessidade de garantia da ordem pública e assegurar a aplicação da norma penal, já que *os indícios de autoria residem na narrativa dos agentes da polícia, os quais efetuaram a prisão do conduzido, sendo a palavra dos policiais nesta fase aptas a amparar a configuração desse pressuposto, nesta fase, consoante entendimento jurisprudencial recente do TJSC.* Além disso, destacou o magistrado que *o próprio conduzido informou no depoimento prestado que participou da tentativa de assalto à residência da vítima Amélio, salientando ter sido 'obrigado' por Eron, que é seu primo, o que ratifica a autoria no caso, constando dos depoimentos colhidos na fase inquisitorial a participação efetiva do custodiado no delito, acrescentando o magistrado a manifesta gravidade concreta da infração penal, que tem como meios de execução a violência ou a grave ameaça contra a pessoa que, no caso, era um idoso (78 anos), que estava sozinho em casa, havendo a disparidade entre o número de agentes e a compleição física, não se podendo deixar de mencionar que o custodiado e outro agente se evadiram do local e, até mesmo, quando avistaram a guarnição, o que autoriza a prisão cautelar com fundamento de assegurar a aplicação da norma penal* (fl. 65).

O Tribunal local ainda consignou (fls. 111/112):

[...] Na situação em tela, conforme destacado quando da apreciação do pedido liminar, a materialidade do delito restou demonstrada, ao menos nesta fase da persecução criminal, nos termos procedimento investigativo (p. 1/37), que contou com boletim de ocorrência policial (p. 5/7 dos autos na origem), relatório de investigação policial (p. 32/33), além de outros documentos de compõem o caderno indiciário.

Além disso, os indícios de autoria em relação ao paciente decorrem das circunstâncias do fato, notadamente dos depoimentos dos agentes policiais envolvidos nas investigações e da declaração firmada pela vítima (p. 36/37 dos autos na origem).

No que tange ao *periculum libertatis*, em razão do *modus operandi* empregado e as circunstâncias do fato, conclui-se que a prisão cautelar imposta revela-se

suficiente para a manutenção da ordem pública, motivo pelo qual "a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)" (CPP, art. 282, § 6º, c/c art. 310, II), notadamente quando imputada a prática, em tese, de crime doloso punido com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos.

Registre-se, ainda, conforme assinalado pelo juízo singular, que "há a manifesta gravidade concreta da infração penal, que tem como meios de execução a violência ou a grave ameaça contra a pessoa que, no caso, era um idoso (78 anos), que estava sozinho em casa, havendo a disparidade entre o número de agentes e a compleição física. Além disso, em que pese o custodiado tenha referido que foi coagido à prática em concurso no delito sob investigação, apresentando um hematoma na face não se pode presumir pelos elementos constantes nos autos que houve o emprego da coação, a ponto de ensejar a aplicação do disposto no art. 314 do CPP, o que somente poderá ser aprofundado em sede de instrução criminal, de modo que, afastada a aplicação do referido dispositivo para obstar a segregação cautelar."

[...]

Devidamente fundamentada a prisão cautelar, na necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, não há falar em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação ou mesmo a fixação de medidas cautelares alternativas.

Nesse sentido: HC n. 478.581/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 8/3/2019; RHC n. 99.387/SC, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 15/8/2018 e HC n. 421.651/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 28/6/2018.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Criciúma/SC, especialmente quanto ao atual andamento da ação penal n. 0000002-03.2019.8.24.0020.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator